

INVESTIGAÇÃO

Bolsonaro se irrita por ter sido gravado e pode retirar apoio à candidatura do ex-diretor da Abin à prefeitura do Rio de Janeiro

Ramagem perto de ser rifado

» HENRIQUE LESSA

Ao vir à tona que o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) gravou, quando dirigia a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), uma reunião que teve com o ex-presidente Jair Bolsonaro, o parlamentar agora está perto de ver naufragar a candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro, em outubro. Interlocutores do PL consideram que o hoje parlamentar traiu o padrinho político ao registrar em áudio — que está em poder da Polícia Federal (PF) — o encontro que tiveram.

Aliados de Bolsonaro afirmam que ele ficou muito irritado ao saber da existência do áudio feito por Ramagem, amigo de longa data da família e próximo ao filho 02 do ex-presidente, o vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (PL). A gravação da reunião, que não teria sido autorizada pelo ex-presidente, tem tudo para estremecer o apoio ao escolhido do clã para disputar o pleito carioca.

A posição de Ramagem, sem conseguir decolar nas intenções de voto à prefeitura carioca, fica ainda mais enfraquecida. Ele aparece apenas no terceiro lugar das sondagens eleitorais no berço político de Bolsonaro — apenas 7% nas intenções de voto do último levantamento do DataFolha, realizado entre os dias 2 e 4 de julho. Na sondagem, o representante de Bolsonaro fica atrás do atual prefeito, Eduardo Paes (PSD) — que tem 53% e o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, e do candidato do PSol, o deputado federal Tarcísio Motta — 9%.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, garantiu ao **Correio** que todo o clã Bolsonaro

A pauta: "rachadinha"

O relatório das investigações da Polícia Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal mostra que a gravação feita pelo hoje deputado Alexandre Ramagem é de um encontro entre ele e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Dessa reunião participaram o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o general da reserva Augusto Heleno, e a advogada do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — quando se teria discutido estratégias para abrir um procedimento administrativo contra os auditores da Receita Federal identificados como responsáveis pelo documento que embasa a investigação das "rachadinhas" contra o filho 01.

participará ativamente da campanha na capital fluminense para reverter a vantagem de Paes. "É uma questão de honra. É a terra dele, ele vai colocar peso na eleição do Rio", garantiu. Mas, com as últimas revelações, integrantes do partido dizem acreditar em um apoio mais modesto ou mesmo na substituição de Ramagem, já que ainda falta pouco mais de um mês para o prazo de registro de candidaturas — que se encerra em 15 de agosto.

Ramagem foi ao X (antigo Twitter) acusar a PF de agir para atrapalhar sua pré-candidatura. Afirmou que o documento serviu apenas para levar a "imprensa a ilações e rasas conjecturas".

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Deputado pode ser substituído pelo clã Bolsonaro na disputa pela prefeitura carioca

STF mantém presos cinco "arapongas"

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve as prisões de cinco presos na quarta fase da Operação Última Milha, deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF). Todos fariam parte de um esquema de bisbilhotice, montado dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para favorecer os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, monitorar ilegalmente ministros do STF e políticos opositores.

Mateus de Carvalho Spósito, Richards Pozzer, Marcelo Araújo Bornevett, Giancarlo Gomes

Rodrigues e Rogério Beraldo de Almeida passaram, ontem, pelas audiências de custódia e continuam presos preventivamente. A chamada "Abin paralela" não apenas espionaria ilegalmente autoridades do Judiciário, do Legislativo e da Receita Federal, além de jornalistas, como ainda municionaria o "gabinete do ódio" — grupo que atuava dentro do Palácio do Planalto disseminando mentiras e desinformações contra os adversários do governo Bolsonaro.

Mas o grupo da "Abin paralela"

também é suspeito, segundo a PF, de ter algum envolvimento com a minuta do golpe. Uma das versões do documento previa a intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) depois do resultado da eleição de 2022. Uma conversa entre dois presos na Operação Última Milha faz uma referência à possibilidade de Bolsonaro assinar o "decreto".

As mensagens citadas no relatório da PF foram trocadas em 21 de dezembro de 2022, entre o policial federal Bornevett e o sargento Giancarlo — que

continuam presos. Os investigadores pretendem usar diálogos da dupla, além de outras evidências sobre espionagem de autoridades e jornalistas, para abastecer os inquiridos das fake news, das milícias digitais e dos atos antidemocráticos.

Para a PF, "referências a rompimento democrático" por parte dos investigados indica que eles tinham "potencial conhecimento do planejamento das ações que culminaram na construção da minuta do decreto de intervenção".

Apex acusa general de "delitos graves"

Três meses depois de instaurar uma comissão de investigação interna e realizar 16 oitivas, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) concluiu que o general da reserva Mauro Lourena Cid, durante sua gestão à frente do escritório em Miami (EUA), cometeu uma série de "delitos e graves desvios de conduta", relacionados ao caso das joias sauditas. O militar, pai do tenente-coronel Mauro Cid — ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro —, teria usado o escritório da Apex nos Estados Unidos para negociar joias e presentes desviados da União, atuando "como suporte do filho e do ex-presidente".

A investigação interna apurou que o general usou o celular corporativo para compartilhar fotos dos itens e estava nas dependências da agência no momento das trocas de mensagens. Os dados foram obtidos nas capturas de tela que constam no inquérito da PF — tirado de sigilo, na segunda-feira passada, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) — e cruzados com depoimentos de funcionários da Apex.



Na avaliação da Comissão, tal expectativa pode ser lida a partir da ruptura institucional que culminou na tentativa golpista de 8 de janeiro"

Trecho do relatório da Apex sobre o general Lourena Cid

Reflexo

O general foi indiciado no caso em 4 de julho, por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Segundo a delação do próprio filho, o dinheiro da comercialização ilegal das joias no exterior foi depositado na conta de Lourena Cid. A PF também considerou que o general auxiliou o grupo na negociação das peças da Presidência da República. Uma das provas contra o militar foi uma

foto de uma escultura, que ia ser vendida ilegalmente, onde o reflexo dele aparece.

Por meio de nota, a Apex informou que as conclusões serão encaminhadas à PF, ao STF e ao Tribunal de Contas da União (TCU). O relatório também aponta que o general continuou usando as dependências do escritório, mesmo após exonerado.

A investigação interna também apurou que Lourena Cid apresentava "resistência explícita ao resultado eleitoral", repetindo diversas vezes, segundo funcionários, que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva não tomaria posse e que ele continuaria à frente da agência. "Na avaliação da Comissão, tal expectativa pode ser lida a partir da ruptura institucional que, na ocasião, articulava-se em setores militares e que culminou na tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023", aponta trecho do relatório, que menciona a visita de Cid ao acampamento golpista em Brasília, em 3 de dezembro de 2022, acompanhado de dois funcionários do escritório de Miami, apontados como o servidores mais próximos do general — um deles foi demitido.

Despedida com MPB e muita simpatia

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Quando deixar Brasília de volta a Seul, o embaixador da Coreia do Sul, Lim Ki-mo, levará a música brasileira. Na despedida da representação diplomática, reuniu um grupo de convidados em um karaôke, no qual foi o destaque. Cantou "Deus Me Livre", do Raça Negra, e "Evidências", sucesso de Chitãozinho & Xororó. Em três anos de Brasil, Lim não se limitou aos encontros em defesa dos interesses do seu país. Viralizou e atraiu fãs nas redes sociais cantando MPB. "Me faz feliz, me dá alegria. O presidente Lula canta, o presidente do Supremo Tribunal Federal (Luís Roberto Barroso) canta, a ministra da Cultura (Margareth Menezes) canta. Quero cantar também", afirmou ao **Correio**, pouco antes de, mais uma vez, soltar a voz ao microfone.

FESTIVAL JUJU NO 13. JUL
PARQUE DA CIDADE
GARANTA SEU INGRESSO NA BILHETERIA DIGITAL

clube 10% DE DESCONTO*

Lucy Alves Lenine